

ESPAÇO, INTUIÇÃO E FENÔMENO NA ESTÉTICA TRANSCENDENTAL

Space, intuition and phenomenon in Transcendental aesthetics

Danilo Fernando Miner de Oliveira*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
apoiosophia@gmail.com

Resumo: Esse trabalho evidencia que a noção de espaço em Kant está elaborada em estreita ligação com a polêmica sobre a natureza do espaço desenvolvida entre as concepções de pensadores modernos como Newton e Leibniz. A investigação discute se a natureza do espaço depende da relação dos objetos externos, ocasionando, por esta razão, sua configuração enquanto uma aparição advinda da sensibilidade, ou se sua natureza não apenas é independente destes objetos, mas, antes, a condição de possibilidade dos mesmos e, portanto, algo absoluto, universal e independente de toda a matéria. Essas duas teses antagônicas são debatidas a luz da *Crítica da Razão Pura* e mais bem articuladas em duas exposições que fundamentam que a noção de espaço, além de uma intuição pura, deve ser, simultaneamente, a *forma* subjetiva de toda a intuição externa. Apenas depois destas formulações, é possível compreender a distinção empregada por Kant entre fenômenos e *númenos*, a cisão entre a filosofia e a ciência e, finalmente, a fundação do denominado idealismo transcendental.

Palavras-chave: intuição; fenômeno; espaço.

Abstract: This paper shows that the notion of space in Kant is developed in close connection with the controversy over the nature of space conducted around the conceptions endorsed by Newton and Leibniz. It discusses the nature of space 1) as dependent on the relations of external objects, where its configuration as an apparition arises from the sensibility and 2) as not only independent of these objects, but also as the condition of their possibility, and by those means as absolute, universal and independent of all matter. These two opposing theses are debated on the *Critique of Pure Reason* and better articulated in two exhibitions that support the notion of space: besides a pure intuition, the space must be also the subjective form of all external intuition. Only after these formulations it is possible to understand 1) the distinction employed by Kant between phenomena and noumena; 2) the split between philosophy and science; and 3) the foundation of so-called transcendental idealism.

Keywords: intuition; phenomenon; space.

Introdução

A *Estética Transcendental* pode ser entendida como parte da ciência que determina as estruturas formais da sensibilidade, indispensáveis para percepção de tudo o que é dado como objeto da experiência humana. Trata-se de um estudo acerca das condições sensíveis da cognição, no qual Kant inicia uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento de objetos como fenômenos (*phaenomenon*), segundo determinadas formas *a priori*. Embora tenhamos que nos atentar para não restringir todo

* Doutorando em Filosofia pela UNIOESTE.

o estudo do conhecimento possível a esta parte da obra kantiana, pode-se afirmar, sem ressalvas, que todos os conhecimentos objetivos, isto é, aqueles conhecimentos cujo modo de operar do entendimento está voltado para intuições sensíveis, necessitam das estruturas formais que são apresentadas na *Estética*¹.

Neste aspecto, busco elucidar as estruturas necessárias *a priori* contidas nessa etapa da *Crítica*². Sem elas nada do que é externo poderia ser dado e nenhuma percepção interna de um sujeito cognoscente poderia ser possível. Por isso, o objetivo desse trabalho é esclarecer os argumentos contidos na *Estética* para se compreender a possibilidade e os limites do conhecimento sensível. Os elementos necessários em que reside toda a possibilidade de uma experiência interna ou externa são as intuições puras do espaço e tempo. É fundamental entender o modo como Kant chega à conclusão de que espaço e tempo, além de formas puras da sensibilidade, são caracterizados também como intuições e, portanto, não operam como conceitos. Outro aspecto relevante para o desenvolvimento dessa análise, além da discussão acerca da natureza do espaço e tempo na *Estética*, é mostrar que a investigação desses conceitos está concatenada com a polêmica sobre a natureza do espaço desenvolvida entre as concepções de pensadores como Newton e Leibniz.

Argumento que esta inovação no pensamento de Kant não configura uma superação definitiva das noções anteriores. Antes, caracteriza a articulação crítica da noção de espaço que permite não apenas evitar as dificuldades em que seus contemporâneos se enveredaram, mas, também, demonstrar a fundamentação da física e da matemática enquanto ciências puras³. Vejamos as duas perspectivas distintas e

¹ Ideia análoga pode ser encontrada no texto sobre a *Estética Transcendental* denominado “O Argumento da Estética e o Problema da Aprioridade: Ensaio de um comentário Preliminar” de J. Bonaccini encontrada no livro *Comentários à obra de Kant: Crítica da Razão Pura*. Org. Joel Thiago Klein - Florianópolis: NEFIPO, 2012.

² As citações das obras de Kant são sempre feitas de acordo com a Edição da Academia - *Gesammelte Schriften*. Berlin: Walter de Gruyter, 1902-1997 - (AA). As referências procedem do seguinte modo: sigla do texto (indicado respectivamente na bibliografia e em conformidade com o que foi estabelecido pela Academia), AA número do volume: número da página. Exclusivamente para a *Crítica da razão pura*, as citações seguem a indicação alfanumérica tradicional: “A” para a primeira edição e “B” para a segunda, sucedendo em cada caso o número da página.

³ Em nota, no prefácio da segunda edição (BXII), rebate as críticas feitas às ciências de sua época: “ouvem-se queixas acerca da superficialidade do modo de pensar da nossa época e sobre a decadência da ciência rigorosa. Pois eu não vejo que as ciências, cujo fundamento está bem assente, como a matemática, a física, etc. mereçam, no mínimo que seja, uma censura.” Inversamente proporcional à certeza da eficácia do método matemático, Kant nutre sérias críticas sobre a eficiência do método metafísico. Por essa razão e não poucas vezes, refere-se à metafísica como dogmática, anunciando no prefácio da primeira edição que “inicialmente, sob a hegemonia dos dogmáticos, o seu poder era despótico.” (AIX)

inconciliáveis que estiveram presentes nas reflexões de Kant e como elas contribuíram para o desenvolvimento de sua filosofia crítica com a “revolução copernicana” em seu modo de pensar a filosofia e o conceito de espaço⁴.

Duas teses antagônicas: o arcabouço conceitual do problema

A primeira perspectiva é encontrada em Newton com a tese de que o espaço se constitui como algo absoluto, independente de toda a extensão. Newton constatou a necessidade de estabelecer pontos de referência confiáveis para os cálculos científicos e demonstrou a imprescindibilidade de distinguir dois modos de se abordar a noção de espaço. Tal distinção contempla o aspecto relativo e absoluto da noção de espaço; esse último aspecto, embora imperceptível, possui realidade própria, constitui a possibilidade dos objetos externos e pode ser notado ao investigarmos a aceleração que os corpos sofrem neste imenso receptáculo, que é o espaço absoluto, devido a forças que exercem alguma ação sobre eles.

Na concepção newtoniana, termos como espaço, tempo, lugar e movimento não devem ser definidos, mas sim, esclarecidos, pois são termos notavelmente tomados pela grande maioria em seu aspecto meramente relativo, recorrendo apenas às percepções sensíveis, quando acertadamente se deve perguntar, para fins científicos, pelo seu sentido absoluto. Segundo Newton, “o tempo absoluto, verdadeiro e matemático flui sempre igual por si mesmo e por sua natureza, sem relação com qualquer coisa externa, chamando-se com outro nome duração” (*Princípios*, escólio. 1983. p.8). Tal definição newtoniana postula valores absolutos para medições de fenômenos científicos, estabelecer um tempo absoluto é indispensável para obtermos uma medição universal, concreta e precisa do movimento dos corpos no espaço e suas respectivas acelerações.

⁴ Kant anuncia, com entusiasmo, a revolução necessária que a filosofia necessitava para sair do dogmatismo de que ele a acusava. Simultaneamente, ressalta o sólido caminho que as ciências naturais e a matemática alcançaram: “creio antes que por muito tempo (sobretudo entre os egípcios), se manteve tateante, e essa transformação definitiva foi devida a uma revolução operada pela inspiração feliz de um só homem, num ensaio segundo o qual não podia haver engano quanto ao caminho a seguir, abrindo e traçando para sempre e a infinita distância a via segura da ciência. A história desta revolução do modo de pensar, mais importante do que a descoberta do caminho que dobrou o famoso promontório e a história do homem afortunado que a levou a cabo, não nos foi conservada. Todavia, a tradição que Diógenes Laércio nos transmitiu, nomeando o suposto descobridor dos elementos mais simples das demonstrações geométricas e que, segundo a opinião comum, nem sequer carecem de ser demonstrados, indica que a recordação da mudança operada pelo primeiro passo dado nesse novo caminho deve ter parecido extremamente importante aos matemáticos, tornando-se, por conseguinte, inolvidável.” (BXI) Esse panorama das ciências e filosofia se faz presente em toda a *Crítica da razão pura*.

O que se percebe entre o senso comum é a afirmação do tempo em seu sentido meramente relativo ou vulgar, ou seja, aparente. Baseado em um referencial também relativo, estreita as atribuições temporais aos sentidos e à percepção externa de movimentos locais. Sempre que o referencial partir de percepções imediatas e particulares, apenas teremos medições relativas de tempo, espaço e movimento. Apesar de Newton postular um tempo ou duração absoluta, não é possível ter acesso direto a essa grandeza continua do tempo. Temos acesso aos fenômenos que ocorrem num lapso desse tempo, o que nos permite acesso indireto à essa noção absoluta temporal. Curiosamente, postulamos uma duração absoluta com observações empíricas.

Newton passa a explanação do conceito de espaço e demonstra como ele, do mesmo modo que o tempo, também é tomado em seu sentido relativo através do senso comum ou vulgo. Novamente, para finalidades científicas, a concepção que deve ser investigada acerca do espaço é a sua característica imóvel e independente dos objetos externos. Os valores de um movimento relativo com determinada aceleração são diferentes a cada nova observação que se faz do movimento no espaço enquanto for abordado como referente particular, pois também é pensado em seu aspecto relativo. Logo, há necessidade de se adotar pontos de referência que tenham validade universal, é desse modo que a premência de se empregar espaço e tempo como referentes para fins científicos se mostra indispensável. Quando se pensa em tempo e espaço em seu sentido relativo, tais observações, para fins de ordem prática, são suficientes; para fins científicos, não.

Segundo Newton, “O espaço absoluto, por sua natureza, sem nenhuma relação com algo externo, permanece sempre semelhante e imóvel; o relativo é certa medida ou dimensão móvel deste espaço (...)” (*Princípios*, escólio. 1983. p.8). A definição do espaço é semelhante à definição de tempo como absoluto, de modo análogo, a percepção que se faz quando se parte dos sentidos é a do espaço relativo, ou seja, percebe-se um determinado objeto partindo do ponto de referência do sujeito que observa, e ele relativiza o espaço sempre que parte da análise única dos sentidos, atribuindo movimento ou repouso a determinados corpos baseado na observação. O que Newton demonstra em seus escritos é a refutação desse modo de concepção tanto do espaço quanto do tempo. Tais conceitos, em seu aspecto absoluto, não podem ser

excluídos da mecânica e os mesmos apenas podem ser expressos através de uma dedução justamente por não serem perceptíveis.

Além de Newton, outros pensadores tentaram fornecer explicações plausíveis para a natureza do espaço. Outra concepção destacada acerca do conceito de espaço é encontrada na tese relacional de Leibniz ao sustentar a natureza puramente relativa do espaço enquanto algo dependente da relação de substâncias. Em Leibniz, a distinção do espaço em relação aos demais objetos se efetiva apenas no pensamento de quem propriamente concebe tal distinção; um determinado corpo se relaciona com outro e dessa relação posso efetivar as ideias de movimento e sucessão; os objetos ocupam sucessivamente as posições outrora ocupadas por outros corpos e dessa relação se pode abstrair todo um sistema de relações espaciais possíveis.

O espaço relacional de Leibniz pressupõe algo mais que a mera relação de objetos extensos: afirma também a idealidade do espaço e a impossibilidade de sua existência sem a extensão. Não se pode afirmar a natureza absoluta do espaço em Leibniz porque tais alegações se remetem às substâncias e elas produzem a ideia do espaço que, por ser relacional, não caracteriza uma substância, embora seja a relação delas percebidas por um sujeito cognoscente. Assim, pensar um espaço geométrico conforme os postulados da geometria euclidiana, para Leibniz, não passa de um fenômeno⁵ ou um produto da imaginação, pois a razão não é capaz de quantificar ou comensurar um espaço absoluto tal qual é concebido pela física newtoniana.

Leibniz não aceita a noção de um espaço absoluto, assim como pensa Newton e os geômetras, justamente porque a continuidade do espaço geométrico, é algo irreal; pensar a ideia de um contínuo é do mesmo modo contraditório, pois não se quantifica nem por números finitos nem por números infinitos um espaço nessa composição. Assim, se não se pode representar, têm-se um paradoxo lógico. Conceber o espaço absoluto e homogêneo em seu todo é admitir que em Deus não há razão suficiente para colocar determinados objetos em certas disposições, em determinada parte do espaço, pois todas as partes desse espaço são uniformes. Não se pode aceitar que algum corpo ocupe um lugar por contingência, pois isso fere o princípio de razão suficiente que garante a existência de uma razão para que algum objeto ocupe determinado lugar do

⁵ Gérard Lebrun afirma que a posição leibniziana de espaço fenomênico só pode ser atribuída em seu sentido pejorativo de aparência justamente por atribuir que toda continuidade, assim como o espaço, não é nada mais que algo ideal. (LEBRUN, 1993. p. 28)

espaço. Analogamente, admitir a existência do vazio é uma ilusão; não há razão que assegure tal concepção, pois pensar um espaço vazio é pensar o espaço sem extensão.

O Espaço na Estética: análise dos argumentos

Kant inicia o §1 (B33-34) da *Estética* com definições de vários termos indispensáveis para a compreensão dos conceitos posteriores. Tais conceitos são intuição, matéria, forma do fenômeno, sensibilidade, sensação e fenômeno. Em relação ao conceito de sensibilidade (*Sinnlichkeit*), como uma forma de receptividade, Kant o define como “a capacidade de receber representações” (B33). Somente é possível que essa capacidade esteja ativada, assim como a intuição, na presença de objetos sensíveis. É preciso que algo afete um sujeito cognoscente para que ele efetivamente sinta que possa receber impressões externas. Nesse aspecto, a sensação seria o efeito causal daquilo que se recebe através da capacidade sensitiva.

Prossegue afirmando “por intermédio, pois, da sensibilidade são-nos dados objetos e só ela nos fornece intuições; mas é o entendimento que [os] pensa” (B33). Antes da análise do conceito de fenômeno (*Erscheinung*), estrategicamente Kant adverte que a capacidade de pensar não é uma função das estruturas sensíveis abordadas na *Estética*. A categorização de todos os objetos, sob determinadas regras e que podem afetar a sensibilidade, é uma característica do entendimento. Por mais que se investigue a capacidade sensitiva, não se pode encontrar a possibilidade de ligar as representações de objetos sensíveis sob determinadas regras. É função do entendimento sintetizar representações sensíveis. Em contrapartida, a mera recepção de impressões sensíveis é uma capacidade exclusiva da sensibilidade.

Após essas considerações, Kant expressa que “o objeto indeterminado de uma intuição empírica chama-se fenômeno [*Erscheinung*]” (B34). O fato de Kant ter usado o conceito “indeterminado” parece fazer a primeira alusão, ainda que nada explique sobre isso, sobre a impossibilidade de cognição das coisas consideradas em si mesmas⁶. Há

⁶ Bonaccini apresenta a definição de fenômeno, nesta etapa da *Crítica*, enquanto objeto de intuição empírica em *O Argumento da Estética e o Problema da Aprioridade: Ensaio de um comentário Preliminar* encontrado no livro *Comentários à obra de Kant: Crítica da Razão Pura*. Org. Joel Thiago Klein - Florianópolis: NEFIPO, 2012. Ainda que não discorde desta definição simples, o conceito de indeterminado pressupõe a noção de que não basta ser fenomênico para ser uma representação ou determinação consciente. A determinação consciente de um fenômeno é aquela determinação da nossa própria capacidade intuitiva. Por essa razão, não é a determinação da sensação que fornece o objeto na forma estrutural do fenômeno, mas a categorização do meu.

ainda mais um aspecto que nos chama a atenção nesta referida parte da *Crítica*: o que Kant compreende por “objeto indeterminado” e como ele pode ser um fenômeno mesmo que seja indeterminado?⁷ Os conceitos de matéria e forma são abordados conjuntamente. Para o primeiro conceito cabe a definição de conteúdo na representação do fenômeno. Com relação ao segundo conceito, o conceito de forma, Kant nos afirma “ao que, porém, possibilita que o diverso do fenômeno possa ser ordenado segundo determinadas relações dou o nome de forma do fenômeno” (B34).

Assim, o anuncio do objetivo da *Estética* é feito: “nesta investigação se apurará que há duas formas puras da intuição sensível, como princípios do conhecimento *a priori*, a saber, o espaço e o tempo” (A22, B36). A análise da natureza e da origem das representações dos conceitos de espaço e tempo se encontram na *exposição metafísica* desses conceitos. Tal exposição tem por objetivo mostrar que o espaço e tempo são representações *a priori* e também que não são conceitos discursivos, mas intuições. Neste âmbito, Kant procura confrontar a concepção newtoniana e leibniziana dos referidos conceitos ao lançar as seguintes questões:

Que são então o espaço e o tempo? São entes reais? Serão apenas determinações ou mesmo relações de coisas, embora relações de espécie tal que não deixariam de subsistir entre as coisas, mesmo que não fossem intuídas? Ou serão unicamente dependentes da forma da intuição e, por conseguinte, da constituição subjetiva do nosso espírito, sem a qual esses predicados não poderiam ser atribuídos à coisa alguma? (A23, B37-38)

É possível perceber a incompatibilidade da tese kantiana com relação às hipóteses concorrentes de pensadores ligados diretamente ao seu desenvolvimento filosófico. Essas ideias confrontadas incisivamente por Kant estiveram presentes na maioria dos textos de sua juventude. A tese defendida acerca do conceito do espaço na *Estética* baseia-se na caracterização desse conceito enquanto estrutura formal da percepção externa. Logo, não poderia consistir num ente real, algo considerado em si mesmo ou algo substancial. Caso o espaço fosse algo real e independente, corroboraria a posição newtoniana estabelecida nos *Princípios*, embora Kant expresse razões

⁷ Para melhor compreensão dos conceitos de aparência (*Erscheinung*) e fenômeno (*Phaenomenon*) em Kant, ver FONSECA, Renato D. “*Aparência, apresentação e objeto*”. In: G. Louzado (org.), *Ensaio sobre Kant*. Porto Alegre: Linus Editores, 2012. Também consultar o artigo de CALABRIA, Olavo P. “*A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno*.” *Kant e-Prints* (Online), V. 1, p. 119-126, 2006.

importantes para recusá-lo. Se o espaço for um produto, ente imaginário ou um fenômeno das relações entre substâncias, depara-se com a perspectiva leibniziana diante do referido conceito que confronta diretamente as concepções de Newton. Feitas tais distinções, passa-se a depuração de como Kant expõe seus argumentos em defesa do espaço enquanto intuição *a priori*.

A constituição *a priori* do espaço

Há dois argumentos a favor da natureza *a priori* da representação do espaço, negando sua natureza empírica. O primeiro diz.

O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requer-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais, mediante essa representação. (A24, B38).

O argumento incide fortemente sobre a pressuposição da noção de espaço para qualquer experiência com objetos externos. A própria possibilidade de representar objetos em lugares diferentes do próprio sujeito que os percebe pressupõe a noção de espaço. Assim, essa noção precede e é a possibilidade de todo sentido externo, isto é, o fundamento para conhecer sensivelmente os objetos como distintos do sujeito. A representação do espaço não somente possibilita a experiência com objetos externos, mas age como condição necessária para se notar diferenças qualitativas e numéricas entre objetos no espaço⁸.

Na concepção de Kant, a própria ordem da coexistência não é algo empírico, mas antes, essa ordem é possível porque determinado sujeito cognoscente atribui essas características nas relações entre objetos. Atribuição que se traduz como condição necessária da própria experiência externa. O espaço não pode ser a ordem de

⁸ Sobre a tese da possibilidade da diferença entre distinção qualitativa e numérica sugerida por Paton ver *Kant's Metaphysic of experience*, vol.1. pg. 111. Apud Henry E. Allison em *El Idealismo transcendental de Kant: una interpretación y defensa*; prólogo y traducción de Dulce María Granja Castro. - Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 1992.

coexistência de substâncias ou derivado de objetos externos, pois o espaço funciona como um artifício indispensável para representação de objetos distintos do sujeito e distintos uns dos outros. O segundo argumento parte da seguinte afirmação:

O espaço é uma representação necessária *a priori*, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa perfeitamente pensar que não haja objetos alguns no espaço. Consideramos, por conseguinte, o espaço a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação *a priori*, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos. (A24, B39)

Existem dois modos interpretativos distintos com relação aos dois argumentos expostos sobre a aprioridade do espaço. Pode-se pensar que trata-se de duas provas independentes sobre a tese da aprioridade ou analisar ambos os argumentos como passos complementares em comum objetivo⁹, ou seja, demonstrar que o espaço é *a priori*. Kant se empenha em demonstrar que o espaço não é uma derivação da experiência externa.

O ponto elementar para a afirmação de que o espaço é algo anterior a toda experiência externa reside na afirmação de que não se pode representar a ausência do espaço, ainda que seja possível pensá-lo sem objetos. Kant propõe a seguinte experiência mental no argumento anterior: para uma melhor ilustração, deve-se pensar o espaço livre de qualquer matéria, sem objetos, porém não somos capazes de pensar objetos sem que esses sejam dados no espaço. A própria noção de objeto externo é, portanto, posterior e dependente da noção espacial prévia.

Após tal argumentação, a consequência do argumento é a de que o espaço seja a condição de possibilidade de toda a percepção dos objetos externos. Constata-se que tal conclusão jamais poderia ser fundada em conhecimentos *a posteriori*, por esse motivo afirmamos que é algo puro. Conhecimentos *a posteriori* somente demonstrariam certezas particulares e relativas, podendo ser diferentes em cada sujeito dependendo do

⁹ Alisson se mostra favorável à assertiva de que constitui duas provas distintas e que cada uma delas é suficiente para estabelecer a aprioridade do espaço. Ver Henry E. Alisson em *El Idealismo transcendental de Kant: una interpretación y defensa*. Pg. 143. Em contrapartida, pensadores como Norman Kemp Smith interpretam o argumento como dois passos de uma única prova. Ver *A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. 2º ed. Palgrave Macmillan Ltd, 2003. Pg. 101.

modo de como é afetado. Kemp Smith¹⁰ parte da tese de que o segundo argumento exprime fortemente o caráter *a priori* do espaço em seu aspecto psicológico. Em outras palavras, o fato de não poder imaginar objetos sem um espaço, embora seja possível representar espaço sem objetos, marca a anterioridade psicológica da representação espacial em relação a tudo que possa ser concebido externamente.

O argumento não pode ser analisado como uma referência à necessidade lógica do espaço porque Kant admite a possibilidade de se pensar coisas fora do espaço, ainda que não exista a possibilidade de conhecê-las objetivamente. Entretanto, ao afirmar que o espaço é condição de possibilidade de qualquer fenômeno externo, afirma-se simultaneamente seu caráter epistêmico. Logo, nenhuma representação externa é possível sem sua representação. Nesse caso, a argumentação se aproxima mais da tese de Alisson¹¹, ainda que a tese psicológica e a epistêmica não pareçam ser antagônicas; pelo contrário, podem ser complementares.

O fato de o argumento apresentar a possibilidade de se pensar o espaço independentemente dos fenômenos e que eles não podem ser pensados sem espaço, não apenas mostra a prioridade espacial; ela também demonstra uma dupla prova para não se conceber o espaço como algo derivado da relação e coexistência dos objetos externos, assim como argumenta Leibniz. É importante ressaltar que apesar de existir a possibilidade de se pensar a representação do espaço independente dos objetos, não há experiência do espaço enquanto algo vazio. Apesar de o espaço ser irreduzível a toda sensibilidade, não pode ser dado como objeto da experiência como algo vazio, apenas pode ser pensado quando se abstrai de todo conteúdo empírico. Feitas tais considerações, volta-se à atenção para o próprio conteúdo da representação espacial, dito de outro modo, ao definir o espaço como algo anterior e como condição de possibilidade de toda a experiência externa, deve-se também fornecer explicações do que se trata tal conteúdo *a priori* e como ele pode fornecer a pedra de toque ou

¹⁰ Kemp Smith afirma que uma vez que o espaço não pode ser assim eliminado, deve ser atribuído à nossa organização subjetiva, ou seja, deve ser psicologicamente *a priori* (“since space cannot be thus eliminated, it must be grounded in our subjective organization, i.e. must be psychologically *a priori*” – Smith, *A Commentary*, p. 103 §2).

¹¹ Henry E. Alisson, *El idealismo*, pg. 150. Também é plausível a tese do espaço enquanto condição epistêmica quando verificamos a afirmação kantiana na antítese da primeira antinomia que se evidencia do seguinte modo: “Se quisermos pôr este vazio de parte e, portanto, o espaço em geral como condição *a priori* da possibilidade dos fenômenos, suprime-se todo o mundo sensível.” (A433, B461).

fundamento para a possibilidade de juízos sintéticos *a priori*. Passemos a investigação do espaço enquanto intuição pura.

A constituição intuitiva do espaço

Kant apresenta dois argumentos para mostrar a aprioridade espacial em relação a tudo o que é externo. Analogamente, também apresenta mais dois argumentos¹² para mostrar que o espaço não é um conceito, mas intuição. O primeiro deles afirma.

O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz também, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura. Porque, em primeiro lugar, só podemos ter a representação de um espaço único e, quando falamos de vários espaços, referimo-nos a partes de um só e mesmo espaço. Estas partes não podem anteceder esse espaço único, que tudo abrange, como se fossem seus elementos constituintes (que permitissem a sua composição); pelo contrário, só podem ser pensados nele. É essencialmente uno; a diversidade que nele se encontra e, por conseguinte, também o conceito universal de espaço em geral, assenta, em última análise, em limitações. De onde se conclui que, em relação ao espaço, o fundamento de todos os seus conceitos é uma intuição *a priori* (que não é empírica) (A25, B39).

O anúncio da tese do espaço enquanto intuição requer a distinção das características entre intuição e conceito. A possibilidade de referência a vários espaços acontece porque representamos um único e mesmo espaço, isto é, quando se fala das partes do espaço, não se refere aos espaços distintos, mas apenas as partes de um mesmo espaço homogêneo. Tal tese faz Kant concluir que o espaço deva ser, portanto, uma intuição. Somente a intuição se relaciona a um único e mesmo indivíduo, como o próprio espaço. Um conceito se refere indiretamente através de notas comuns a uma pluralidade de indivíduos, em outras palavras, um conceito se limita a um conjunto de representações dadas enquanto é formado por generalizações em comum, porém as partes do espaço não podem determinar o espaço como um todo assim como as notas comuns de um conceito determinam o conceito. Consequentemente, as partes do espaço não possibilitam a constituição do espaço como um todo, caso assim fosse, o espaço seria um *compositum*.

¹² É interessante perceber que, no caso do conceito de espaço, há mudanças em relação às edições A e B da Crítica. Na exposição metafísica B, Kant suprime o terceiro argumento e conserva quase integralmente os outros quatro argumentos da edição A. O argumento será apresentado na exposição transcendental B. Logo, o 4º argumento da edição A passa a ser o 3º da edição B e o 5º argumento da edição A desaparece e se torna o 4º da edição B.

Porém, é somente na representação do espaço como um todo que se pode afirmar suas partes; fala-se das partes do espaço através de sua pressuposição na medida em que determinados espaços podem ser concebidos apenas *no* e através *do* espaço como um todo. Ao se articular a pressuposição de que seja como um todo, se abandona o aspecto particular de suas partes e afirma-se sua anterioridade ou aprioridade. Em contrapartida, em relação a conceitos, apenas quando são verificadas suas notas comuns chega-se a estabelecê-los, isto é, se forma uma representação reflexiva composta a partir de partes. Em outras palavras, é na ligação de notas comuns que um conceito é formado. A única alternativa de Kant ao negar o caráter conceitual e empírico do espaço é afirmar que este consiste em uma intuição pura; única que permite perceber a multiplicidade na unidade.

Um conceito é limitado em sua aplicação a determinadas representações. Apenas se pode obter conhecimento analítico de conceitos: juízos analíticos são essencialmente explicativos e não fornecem nada além do que está contido neles. Nota-se que com o espaço isso não acontece; essa diferença conduz Kant para a hipótese plausível de que o espaço é uma intuição pura e não um conceito. A geometria é a ciência que fornece exemplos de conhecimentos resultantes dessa forma pura. Logo, todos os seus conceitos, pelo fato do espaço ser intuição pura, serão do mesmo modo puros. Tal ciência fornece o protótipo não somente do conhecimento matemático, mas da própria possibilidade da construção de conceitos. Por consequência, pode-se entender porque Kant finaliza o argumento tomando como exemplo a soma dos ângulos internos de um triângulo. Investiga-se a possibilidade do conhecimento puro através da intuição espacial quando adentrarmos a *exposição transcendental* deste conceito.

O segundo argumento em acordo com a tese do espaço como intuição é demonstrado por Kant da seguinte forma:

O espaço é representado como uma grandeza infinita dada. Ora, não há dúvida que pensamos necessariamente qualquer conceito como uma representação contida numa multidão infinita de representações diferentes possíveis (como sua característica comum), por conseguinte, subsumindo-as; porém, nenhum conceito, enquanto tal, pode ser pensado como se encerrasse em si uma infinidade de representações. Todavia é assim que o espaço é pensado (pois todas as partes do espaço existem simultaneamente no espaço infinito). Portanto, a representação originária de espaço é intuição *a priori* e não conceito. (B39).

Dizer que o espaço é uma grandeza infinita *dada* exclui a possibilidade de que ele seja um conceito abstraído da experiência externa; não se tem ligação lógica, nesse caso, para afirmar a intuitividade espacial apenas por ser uma grandeza infinita. As principais diferenças entre conceito e intuição foram assinaladas no argumento anterior a favor da tese da intuitividade espacial. Pode-se questionar como o espaço poderia ser uma grandeza infinita *dada* se, segundo afirmações do próprio Kant, o conceito verdadeiro de infinito, que consiste na síntese sucessiva da unidade na medição de um *quantum*¹³ não pode se completar? Apesar de mostrar que a representação do espaço é intuitiva, Kant não pode negar a sua infinidade, mas isso não seria uma nova defesa de uma concepção do espaço absoluto na forma de um receptáculo universal, assim como argumenta Newton? Pensar um infinito dado sem contradição não requer uma faculdade suprassensível? De fato, tais questões parecem plausíveis a luz dos argumentos da tese do caráter intuitivo do espaço enquanto infinidade *dada*.

Volta-se à distinção de conceito e intuição: um conceito pode ser pensado como uma representação que está contida numa imensidade de outras possíveis representações desde que estas representações possuam um conjunto extenso e finito de características comuns, nunca se encontra na análise de um conceito uma imensidade infinita de representações, entretanto isso ocorre quando se concebe a representação do espaço. Mais uma vez, utiliza-se a distinção entre conceito e intuição para mostrar que o espaço possui uma composição intuitiva.

Um apontamento não menos importante esclarece o porquê Kant não faz novamente apologia à tese newtoniana. A infinidade *dada* que Kant se refere no

¹³ Kant nos apresenta, já nas primeiras linhas da *Disciplina da razão pura* que, apesar da aritmética (e da álgebra) proceder por construção de conceitos, como na geometria, tanto essa quanto aquela possuem distinções importantes para a compreensão do conceito de construção, intuição e espaço. Entender a diferença no modo de construção presente na aritmética e na geometria passa pelo discernimento de suas distintas grandezas – respectivamente *quantita* (álgebra) e *quantas* (geometria) – além da separação entre construção simbólica e construção ostensiva, não esclarecida nos argumentos da *Estética Transcendental*. A diferença mais acentuada entre essas grandezas está na construção específica de seus objetos: enquanto a construção geométrica (*quanta*) constrói seu objeto na intuição, isto é, quando as categorias puras do entendimento determinam a *estrutura formal* da intuição espacial, concebemos, simultaneamente, dimensões espaciais determinadas ostensivamente em figuras como: quadrados, losangos, triângulos, etc. Em contrapartida, a construção simbólica (*quantitas*), por não possuir um objeto de intuição, constrói, mediante a *estrutura formal* do tempo, um símbolo *em geral*, ou seja, uma construção simbólica que pode representar ou se referir a objetos dados na intuição (nos caso dos números, seja com valores determinados, no caso da aritmética, ou valores indeterminados, no caso da álgebra), mas ainda nos moldes de uma experiência possível para o sujeito que conhece.

argumento não se encontra num objeto real ou absoluto como espaço newtoniano e nem consiste numa infinidade de sínteses para a formação da ideia de um espaço infinito. No último caso, existe a negligência do que foi apontado no argumento anterior, isto é, que o espaço não é composto da síntese de suas partes, ao contrário, afirma-se as partes do espaço quando se pressupõe sua totalidade. A infinidade espacial deve ser pensada como a possibilidade inesgotável de síntese dos objetos experienciados nele. Assim, infinita é a possibilidade da realização de síntese dos objetos *no* espaço e não as partes *do* espaço para sua composição. Por isso Kant não está em contradição com a primeira *antinomia da razão* porque o sentido de infinito espacial é diferente do aspecto apresentado na *Dialética*, diferente também do aspecto newtoniano que postula o espaço como um receptáculo universal independente da relação que este tenha com um sujeito cognoscente.

Mas e quanto ao fato de o espaço ser algo *dado*? Sabe-se que o espaço não pode ser despertado ou dado sem a presença de um objeto que afete a capacidade sensitiva; embora Kant aponte, no final da *Analítica*¹⁴, que espaço é algo independente dos objetos dados na intuição, ou seja, além de ser a condição de possibilidade de todos os objetos externos e não ser intuído em si mesmo, é, também, algo independente destes objetos. Depois de se depurar o motivo da representação do espaço ser considerada uma intuição pura, parte-se para a investigação do modo como o espaço possibilita conhecimentos sintéticos *a priori* na geometria e como deve ser entendida a representação espacial enquanto *forma* ou estrutura da intuição.

Sobre a exposição transcendental do conceito de espaço

Os argumentos transcendentais (§3) são aqueles que buscam determinar a natureza do espaço enquanto condição de possibilidade de conhecimentos sintéticos *a priori*. Kant exprime o que entende por *exposição transcendental* e afirma que ela deve satisfazer duas exigências. A primeira é que deve proporcionar “que do conceito dado decorram realmente conhecimentos dessa natureza” (B40). Outros conhecimentos dessa natureza são entendidos e demonstrados posteriormente como aqueles conhecimentos sintéticos *a priori* observados na geometria enquanto ciência do espaço e fundamentada

¹⁴ As palavras de Kant são: “a simples forma da intuição, sem substância, não é em si um objeto, mas a sua condição simplesmente formal, como o espaço puro e o tempo puro que são algo, sem dúvida, como formas de intuição, mas não são em si objetos susceptíveis de intuição.” (A291, B347)

no espaço enquanto estrutura formal dos objetos externos. A segunda exigência se embasa na possibilidade de demonstrar “que estes conhecimentos apenas sejam possíveis pressupondo-se um dado modo da explicação desse conceito” (B40). Isto é, refere-se àquela representação espacial que é *a priori* e intuitiva, cuja estrutura fundamenta toda possibilidade da receptividade e sensações externas.

Kant adentra a investigação e exposição do que se denomina argumento da geometria¹⁵ para demonstrar a possibilidade e o modo dessa ciência proceder de maneira apodítica; possibilidade esta existente porque se demonstrou na *exposição metafísica* que o espaço é uma intuição pura. Além disso, é preciso identificar como o espaço é a base epistêmica da geometria pura enquanto ciência desse conceito. Kant afirma “A geometria é uma ciência que determina sinteticamente, e contudo *a priori*, as propriedades do espaço. Que deverá ser, portanto, a representação do espaço para que esse seu conhecimento seja possível?” (B40).

O espaço não pode ser um conceito; apenas é possível extrair proposições sintéticas e, portanto, extensivas do espaço. Em contrapartida, apenas se extrai analiticamente aquilo que está contido no próprio conceito. Logo, o que se extrai do conceito analiticamente é explicativo e não extensivo ao conhecimento humano. Entretanto, percebe-se não apenas clareza em geometria, mas também extensão por meio da intuição pura do espaço. O que orienta para a afirmação do caráter intuitivo e não conceitual do referido conceito, embora não seja possível afirmar que o espaço é uma intuição empírica porque as proposições geométricas implicam universalidade e necessidade. Isto confere o caráter apodítico da geometria.

Caso a representação do espaço fosse empírica ou *a posteriori*, não se poderia fundamentar a possibilidade da construção de conceitos puros na matemática (geometria) por meio da representação do espaço, dado o motivo de intuições empíricas implicarem apenas representações imediatas e particulares. Pode-se notar que a

¹⁵ Argumento este que implica que o espaço não é apenas uma intuição pura, mas também a forma ou estrutura de toda nossa intuição. Somente assim, pode-se entender a possibilidade de conhecimentos sintéticos e ainda assim de modo puro. Tal distinção parece ficar mais evidente com a argumentação kantiana do §26 da *Crítica* denominado *Dedução Transcendental do Uso Empírico Possível em Geral dos Conceitos Puros do Entendimento* onde Kant apresenta as duas abordagens em relação ao espaço com a seguinte argumentação: “Nas representações do espaço e do tempo temos *formas a priori* da intuição sensível, tanto da externa como da interna, e a síntese da apreensão do diverso do fenômeno tem que ser conforme a essas representações, porque só pode efetuar-se de harmonia com essas *formas*. Mas o espaço e o tempo não são representados *a priori* apenas como *formas* da intuição sensível, mas mesmo como *intuições* (que contêm um diverso) e, portanto, com a determinação da unidade desse diverso que eles contêm.” (B160).

geometria configura uma ciência porque sua condição de possibilidade reside no sujeito enquanto representação *a priori*, a saber, a intuição pura espacial. “Mas como poderá haver no espírito uma intuição externa que preceda os próprios objetos e que permita determinar *a priori* o conceito destes?” (B41).

O próprio Kant responde sua questão ao evidenciar que isto somente é possível se for uma intuição que reside no sujeito e não apenas enquanto intuição pura, mas também como *forma* ou estrutura formal que possibilita ser afetado por objetos externos e receber representações imediatas desses objetos. Assim, a distinção kantiana entre *exposição metafísica* e *transcendental* do conceito de espaço, embora sejam diferentes, são complementares. Conforme a argumentação da primeira nota-se a possibilidade de afirmar a constituição espacial enquanto intuição pura e somente com a segunda etapa da demonstração do espaço, isto é, com a *exposição transcendental*, pode-se notar sua estrutura formal.

Por estas razões, a única possibilidade de explicação do sucesso das ciências naturais, também do insucesso da metafísica na determinação dos objetos de razão, reside no fato de aquelas poderem apoiar o entendimento numa representação *a priori* passível de ser confirmada na experiência; representação pura e estrutura *formal* fundamental para a construção de conceitos: a intuição espacial. Kant não apenas demonstrou a impossibilidade de se defender as noções precedentes da representação espacial, como também exprimiu a possibilidade da formulação de proposições sintéticas *a priori* nas ciências, sobretudo em matemática.

Consequências da Estética Transcendental

As consequências dos argumentos kantianos implicam uma distinção fundamental para o seu edifício crítico: a distinção entre fenômenos e coisas-em-si¹⁶. Como o espaço nada mais é que a forma necessária da representação externa presente nos sujeitos racionais e finitos, todo objeto externo que afeta o sujeito traz junto desta representação a estrutura espacial indispensável à sua composição. Disso resulta que todo conhecimento possível dos objetos que afetam o sujeito advém das manifestações

¹⁶ Kant nos dá alguns indícios sobre a distinção entre fenômeno e coisa-em-si em BXX: “porém, a verdade do resultado que obtemos nesta primeira apreciação do nosso conhecimento racional *a priori* é-nos dada pela contra-prova da experimentação, pelo fato desse conhecimento apenas se referir a fenômenos e não às coisas em si que, embora em si mesmas reais, se mantêm para nós incognoscíveis.”

que esses objetos apresentam na *forma* estrutural do fenômeno. Assim, é possível acessar as características dos objetos que aparecem, embora nunca se pode realmente saber a constituição em si dos mesmos.

O espaço não representa qualquer propriedade das coisas em si, nem essas coisas nas suas relações recíprocas; quer dizer, não é nenhuma determinação das coisas inerente aos próprios objetos e que permaneça, mesmo abstraindo de todas as condições subjetivas da intuição. (A26, B42)

Uma outra consequência exige uma análise mais cuidadosa por ser mais ampla que a primeira e apresenta a tese da de *idealidade* transcendental e da realidade *empírica* do espaço, também fica expressa, nessa etapa da *Crítica*, a tese da *incognoscibilidade das coisas-em-si* por razões afirmadas nas exposições precedentes, ou seja, que o espaço é a mera forma dos fenômenos do sentido externo. Kant prossegue afirmando justamente esse caráter da representação espacial: “O espaço não é mais do que a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa.” (A26, B42). Enquanto forma do sentido externo, corrobora com a tese da incognoscibilidade: é possível conhecer apenas aqueles objetos dados na intuição, e essa somente pode ser empírica para todo o ser humano. Logo, os predicados espaciais nunca poderão ser predicados das coisas-em-si mesmas justamente porque o espaço é uma representação inerente à sensibilidade humana e as coisas-em-si são objetos que estão além de toda condição sensível ou espaço-temporal. É para essa distinção que Kant alerta; não confundir as condições formais da receptividade com a possibilidade de conhecimento dos objetos¹⁷ numênicos: é possível conhecer fenômenos e apenas se pensar¹⁸ em coisas-em-si.

¹⁷ Kant adianta alguma destas conclusões no prefácio da segunda edição (1787) da *Crítica da Razão Pura*. “se demonstrará que o espaço e o tempo são apenas formas da intuição sensível, isto é, somente condições da existência das coisas como fenômenos e que, além disso, não possuímos conceitos do entendimento e, portanto, tão pouco elementos para o conhecimento das coisas, senão quando nos pode ser dada a intuição correspondente a esses conceitos; daí não podermos ter conhecimento de nenhum objeto, enquanto coisa em si, mas tão somente como objeto da intuição sensível, ou seja, como fenômeno; de onde deriva, em consequência, a restrição de todo o conhecimento especulativo da razão aos simples objetos da experiência.” (BXXV, XXVI).

¹⁸ Sobre a distinção kantiana entre conhecer e pensar, ver: “Para conhecer um objeto é necessário poder provar a sua possibilidade (seja pelo testemunho da experiência a partir da sua realidade, seja a priori pela razão). Mas posso pensar no que quiser, desde que não entre em contradição comigo mesmo, isto é, desde que o meu conceito seja um pensamento possível, embora não possa responder que, no conjunto de todas as possibilidades, a esse conceito corresponda ou não também um objeto”. (BXXVII).

Após tais considerações, é formulada a tese da *realidade* empírica do espaço e sua *idealidade* transcendental nos seguintes parâmetros:

As nossas explicações ensinam-nos, pois, a *realidade* do espaço (isto é, a sua validade objetiva) em relação a tudo o que nos possa ser apresentado exteriormente como objeto, mas ao mesmo tempo a *idealidade* do espaço em relação às coisas, quando consideradas em si mesmas pela razão, isto é, quando se não atenda à constituição da nossa sensibilidade. Afirmamos, pois, a *realidade empírica* do espaço (no que se refere a toda a experiência exterior possível) e, não obstante, a sua *idealidade transcendental*, ou seja, que o espaço nada é, se abandonarmos a condição de possibilidade de toda a experiência e o considerarmos com algo que sirva de fundamento das coisas em si. (A28, B44).

A segunda seção (II) dessas observações gerais e não menos imprescindíveis sobre as exposições da *Estética* se inicia com uma argumentação kantiana sobre o sentido externo próxima das teses de Newton e Leibniz. Notavelmente a argumentação de Kant busca mostrar como a sua tese da *idealidade* das formas puras da sensibilidade corroboram com seu idealismo transcendental. A afirmação que valida e embasa a *idealidade* do espaço reside na passagem:

O que, porém, está presente no lugar ou age nas próprias coisas, fora da mudança de lugar, não nos são dados pela intuição. Ora, simples relações não fazem conhecer uma coisa em si; eis porque bem se pode avaliar que, se o sentido externo nos dá apenas representações de relações, só poderá conter, na sua representação, a relação de um objeto com o sujeito e não o interior do objeto, o que ele é em si. (A49, B67).

Verificou-se que Kant parte das concepções e análises de Newton e Leibniz sobre o conceito de espaço e apresenta uma nova concepção diferente de ambas anteriores. Entretanto, a concepção kantiana supera totalmente as noções anteriores sobre o referido conceito ou ainda permanece algo destas concepções? O aspecto de independência e infinidade que o conceito de espaço apresenta em relação aos objetos externos é uma característica em comum entre Newton e Kant, ainda que esses pensadores se aproximem de tais conclusões por vias diferentes. O primeiro por estabelecer que o espaço é um receptáculo absolutamente abarcador de todas as coisas

enquanto que o segundo chega a mesma conclusão por conceber o espaço enquanto algo ideal e condição subjetiva de toda a experiência externa.

Em relação às concepções de Leibniz, a característica da idealidade do conceito de espaço é mantida na concepção crítica de Kant. Embora, em Leibniz, o espaço seja uma aparência porque seu fundamento reside na relação de substâncias enquanto coexistentes; neste âmbito, o espaço é uma derivação da relação de coisas-em-si ou um produto da relação dessas substâncias. Contudo, a característica de idealidade apresentada por Kant se fundamenta na apresentação do conceito do espaço enquanto intuição subjetiva, isto é, representação infinita *dada* pertencente ao sujeito. As consequências da afirmação kantiana permitem a possibilidade de conhecimentos sintéticos *a priori* em geometria justamente por pressupor que a construção conceitual presente na matemática requer a forma espacial como sua possibilidade.

Exige, do mesmo modo, para poder formular tais conhecimentos, que seja uma construção presente no sujeito, pois somente ele pode inferir uma regra de construção conceitual *a priori* mediante a forma pura do espaço. Por conseguinte, Kant difere de Leibniz por evidenciar que não existe a produção do conceito de espaço através da relação de substâncias, antes, porém, existe a relação de simultaneidade de objetos externos porque o espaço é sua condição.

Kant inicia a terceira (III) seção atentando para não confundir o modo como os objetos nos aparecem enquanto fenômenos (*Erscheinungen*) com meras aparições ou ilusões (*Schein*) segundo a tradição idealista de Berkeley¹⁹. Assim, Kant argumenta na seguinte passagem:

Quando digo que no espaço e no tempo, tanto a intuição dos objetos exteriores como a intuição que o espírito tem de si próprio representam cada uma o seu objeto tal como ele afeta os nossos sentidos, ou seja, como *aparece*, isto não significa que esses objetos sejam simples *aparência*. Efetivamente, no fenômeno, os objetos, e

¹⁹ Aqui é feita a distinção entre o idealismo cartesiano e o de Berkeley para maiores esclarecimentos: no capítulo da *Crítica* intitulado *Refutação do Idealismo* Kant argumenta o aspecto problemático de conceber o espaço como algo em si mesmo e aponta que “O idealismo (o idealismo *material*, entenda-se) é a teoria que considera a existência dos objetos fora de nós, no espaço, ou simplesmente duvidosa e *indemonstrável*, ou falsa e *impossível*; o *primeiro* é o idealismo *problemático de Descartes*, que só admite como indubitável uma única afirmação empírica (assertio), a saber; *eu sou*; o *segundo* é o idealismo *dogmático de Berkeley*, que considera impossível em si o espaço, com todas as coisas de que é condição inseparável, sendo, por conseguinte, simples ficções as coisas no espaço. O idealismo dogmático é inevitável, se se considera o espaço como propriedade que deve ser atribuída às coisas em si; sendo assim, tanto o espaço como tudo a que serve de condição é um não-ser” (B274).

mesmo as propriedades que lhes atribuímos, são sempre considerados algo realmente dado; na medida, porém, em que esta propriedade apenas depende do modo de intuição do sujeito na sua relação ao objeto *dado*, distingue-se este objeto, enquanto *fenômeno*, do que é enquanto objeto *em si*. Assim, não digo que os corpos simplesmente *parecem* existir fora de mim, ou que a minha alma apenas *parece* ser dada na consciência que possuo de mim próprio, quando afirmo que a qualidade do espaço e do tempo, que ponho como condição da sua existência e de acordo com a qual os represento, reside apenas no meu modo de intuição e não nesses objetos *em si*. Seria culpa minha se convertesse em simples aparência o que deveria considerar como fenômeno. (B69).

Para que se evite uma identificação do idealismo kantiano com o idealismo de Berkeley, busca-se a distinção e solução desse possível problema através do *idealismo transcendental* e seus argumentos críticos. Kant evita a confusão de sua tese com os idealismos citados anteriormente quando faz a distinção entre o *realismo empírico* e *transcendental* do conceito de espaço. Ainda que esta abordagem seja mais precisa na introdução da *Dialética Transcendental*²⁰, percebe-se, nessa observação geral sobre a *Estética*, a tentativa de evitar a possibilidade de uma confusão entre tais idealismos.

Kant quer evidenciar que aparência é um conceito mais abrangente do que meramente uma ilusão. A aparência aqui referida indica a manifestação de algo *dado* e que o seu modo de percepção não está desvinculado do sujeito que o percebe. O fenômeno não é uma aparição meramente subjetiva de algo que não existe e mero produto da mente, ao contrário: é aparição (aparecimento). Pressupõe a existência de algo *dado* que pode ser averiguado de dois modos distintos segundo a investigação crítica. Pode-se pensar esse algo como objeto-em-si realmente existente independente das faculdades cognitivas de um sujeito, ou seja, um objeto não estabelecido captado espaço-temporalmente.

²⁰ No capítulo intitulado *Da Aparência Transcendental* Kant faz uma importante consideração ao expor que o erro do julgar reside no sujeito que o faz e não no material a ser categorizado afirmando “Ainda menos se deverão considerar idênticos o fenômeno e a aparência. Porque a verdade ou a aparência não estão no objeto, na medida em que é intuído, mas no juízo sobre ele, na medida em que é pensado. Pudessem, pois dizer que os sentidos não erram, não porque o seu juízo seja sempre certo, mas porque não ajuízam de modo algum. Eis porque só no juízo, ou seja, na relação do objeto com o nosso entendimento, se encontram tanto a verdade como o erro e, portanto, também a aparência, enquanto induz a este último.” pois dizer que os sentidos não erram, não porque o seu juízo seja sempre certo, mas porque não ajuízam de modo algum. “Eis porque só no juízo, ou seja, na relação do objeto com o nosso entendimento, se encontram tanto a verdade como o erro e, portanto, também a aparência, enquanto induz a este último.” (B350).

Essas inferências nos conduzem para a consequência da impossibilidade de conhecimento de objetos-em-si no sentido *transcendental* justamente porque o intelecto humano é discursivo²¹ e incapaz de intuir a existência de objetos enquanto entes de razão ou fora das condições espaço-temporais. O conceito de *fenômeno*, tal como se pode conhecer através das condições espaço-temporais, estabelecido por Kant é simultaneamente abordado com o conceito de *coisa-em-si* para exprimir, além de outros registros, que este último demonstra a existência de objetos fora da capacidade cognitiva de seres finitos racionais e, por esse motivo, não pode ser confundido com um mero produto da razão ou simples ilusão (*Schein*).

Após Kant demonstrar que a tese do *idealismo transcendental* evita toda confusão em relação ao sujeito e objeto, devolve o problema de se afirmar a *realidade transcendental* do espaço aos seus opositores afirmando que “só quando se atribui *realidade objetiva* a essas formas de representação é que se não pode evitar que tudo se transforme em simples aparência [ilusão] (B70).” E novamente se adentraria a concepção apontada por Newton de um espaço absoluto aqui superado.

A *Estética* apresenta uma considerável alternativa para inegável influência das posições antagônicas de Newton e Leibniz no pensamento kantiano. Por conseguinte, compreende-se a oscilação de Kant entre as referidas posições, principalmente em suas obras pré-críticas, pois não apresenta elementos claros de pensamento que o permita se fixar em alguma dessas noções. Foram necessários longos anos para que efetivamente Kant pudesse construir uma teoria autônoma que não abandonasse e nem afirmasse totalmente alguma dessas posições acerca do espaço. A teoria autônoma de Kant demonstrada na *Crítica da razão pura* certifica não apenas como a noção de espaço fornece a base angular para as ciências naturais como também evita as dificuldades apresentadas nas concepções divergentes físicas e metafísicas de pensadores como Newton e Leibniz.

²¹ Kant explicita a necessidade das intuições para o conhecimento e evidencia a mera forma lógica que o entendimento possui no início do capítulo da Lógica Transcendental: “pelo que é tão necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) como tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos). Estas duas capacidades ou faculdades não podem permutar as suas funções. O entendimento nada pode intuir e os sentidos nada podem pensar.” (A51, B75)

Referências

ALLISON, Henry E. (1992). *El Idealismo transcendental de Kant: una interpretación y defensa*; prólogo y traducción de Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa.

BONACCINI, Juan. (2012). *O Argumento da Estética e o Problema da Aprioridade: Ensaio de um comentário Preliminar* in: *Comentários à obra de Kant: Crítica da Razão Pura*. Org. Joel Thiago Klein - Florianópolis: NEFIPO.

CASSIRER, Ernest. (1986). *El problema del conocimiento en la filosofía II: de Newton a Kant*. Traducción de Wenceslao Roces; Fondo da Cultura Económica.

HÖFFE, Otfried. (2005). *Immanuel Kant*; tradução Christian Viktor Hamm, Valério Rohden – São Paulo: Martins Fontes.

KANT, Immanuel. (1985). *Dissertação de 1770 seguida de Carta a Marcus Herz*. Tradução, apresentação e notas de Leonel Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

_____. (1993). *Kritik der reinen Vernunft* [KrV]. Hrsg. von Raymund Schmidt. Hamburg: Felix Meiner (Philos. Bibliothek Bd. 37 a).

_____. (2008). *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KITCHER, P. (1990). *Kant's Transcendental Psychology*. Oxford: Oxford University Press.

LEBRUN, Gérard. (2001). *O papel do espaço na elaboração do pensamento kantiano*. In: *Sobre Kant*. Org. Rubens Rodrigues Torres Filho. Ed. Iluminuras Ltda.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. (1983). *Correspondência com Clarke*. Trad. Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores).

NEWTON, Isaac. (1983). *Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*, Trad. Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores).

SAPUNARU, Raquel A. (2010). *O Conceito Leibiniziano de Espaço: Distâncias Metafísicas e Proximidades Físicas do Conceito Newtoniano*. Tese de Doutorado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ, Rio de Janeiro.

SMITH, Norman Kemp. (2003). *A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason*; by Norman Kemp Smith; with a new introduction by Sebastian Gardner – 2nd ed. Palgrave Macmillan Ltda.

TORRETTI, Roberto. (1967). *Manuel Kant: estudio sobre los fundamentos de la filosofía crítica*. Santiago: Universidad de Chile.